

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 5ª
(QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Há número regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Antes, quero fazer uma retificação proposta pela assessoria da Mesa.

Na sessão ordinária do dia 4 de fevereiro de 2015, onde se lê 133 indicações do Deputado Joe Valle, leia-se 134 indicações do Deputado Joe Valle. Onde se lê 277 indicações do Deputado Rodrigo Delmasso, leia-se 331 indicações do Deputado Rodrigo Delmasso. Onde se lê 6 indicações da Deputada Liliane Roriz, leia-se 3 indicações da Deputada Liliane Roriz.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		2

Sejam considerados como não lidos na sessão ordinária do dia 5 de fevereiro de 2015 os seguintes expedientes: projeto de lei de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui o Fundo Distrital de Defesa e Proteção dos Animais (FUNDEPA) e dá outras providências”; projeto de lei de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o evento Comunicar Brasil”.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, pela liderança do bloco Amor por Brasília, constituído dos Deputados Rodrigo Delmasso, Lira, Luzia de Paula e Júlio César. A assessoria da Mesa não incluiu o Deputado Renato Andrade. (Pausa.)

Inclua-se na relação dos Deputados que compõem o bloco Amor por Brasília o Deputado Renato Andrade.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia; Secretário da Mesa, Deputado Renato Andrade; demais Parlamentares, uso este momento dos Comunicados de Líderes para expressar uma preocupação levada hoje ao meu gabinete com relação aos pacientes com câncer de próstata no Distrito Federal.

Segundo informações da associação de familiares desses pacientes, atualmente 485 pacientes com câncer de próstata estão sem receber o medicamento de alto custo por dois meses até a presente data. O custo de cada medicamento que eles recebem é em torno de 3 mil reais. Obviamente, as famílias de baixa renda não têm condições de adquirir esses remédios.

Hoje protocolei na Secretaria de Saúde ofício solicitando ao Secretário de Saúde que compre imediatamente esses medicamentos para entregá-los a esses pacientes, caso eles não recebam esses medicamentos com urgência. Inclusive, Deputados Agaciel Maia e Chico Vigilante, já é determinação da Justiça que a Secretaria de Saúde compre esses medicamentos imediatamente e os entregue na casa dos pacientes.

Então, utilizo aqui os Comunicados de Líderes, como líder do bloco Amor por Brasília, para solicitar ao Secretário de Saúde que, urgentemente, compre e entregue esses medicamentos para evitar a morte desses pacientes.

Também quero solicitar à Mesa Diretora e à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa que analisem com urgência o requerimento que propus de uma comissão especial para apurar os crimes de pedofilia no Distrito Federal.

O Distrito Federal, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é a quarta unidade da Federação em número de casos de pedofilia. Lembro que a pedofilia não é só o abuso sexual, é todo o complexo e a utilização de crianças em termos de nudez e que venha incentivar a sexualidade das crianças. O Distrito Federal, a capital da República, Deputado Agaciel Maia, é a quarta unidade da Federação em número de casos de pedofilia.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015		15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

Peço à Mesa Diretora e à Comissão de Constituição e Justiça que analisem brevemente a instalação dessa comissão especial, porque não podemos deixar que a capital da República seja conhecida como a capital da pedofilia. Não podemos deixar que as crianças de nossa cidade, as crianças de Brasília, fiquem à mercê de pedófilos que, muitas vezes, se escondem nesse crime silencioso.

Eu conclamo os membros da Comissão de Constituição e Justiça a colocar em pauta a criação dessa comissão especial para que a Câmara Legislativa possa agir com veemência e energia para acabarmos com a pedofilia no Distrito Federal.

Quero também pedir à Mesa Diretora que aprove rapidamente o requerimento encaminhado, que convoca o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, o Presidente da Adasa e o Presidente da Caesb para virem a esta Casa explicar o aumento de 16,2% na conta de água. Segundo dados dos jornais, esse é o maior aumento do País. É um aumento que representa mais de duas vezes o valor do IGPM, mais de três vezes o valor estipulado pela Fundação Getúlio Vargas.

Quero que a Mesa Diretora – conclamo – aprove esse requerimento com urgência, porque o cidadão do Distrito Federal não pode, a partir do dia 1º de março, pagar a água mais cara deste País. O requerimento também é para que esses três órgãos possam explicar o que está sendo feito para evitar o racionamento de água no Distrito Federal.

Nossos reservatórios estão em níveis de emergência. A Adasa já liberou uma outorga, junto com a Agência Nacional de Águas, para que a Caesb possa fazer a captação no Lago Paranoá, mas queremos saber, a Câmara Legislativa quer saber, o povo quer saber quais são as providências que serão tomadas para que os racionamentos que estão acontecendo em São Paulo e em Minas Gerais não cheguem ao Distrito Federal.

Segundo relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal apresentado, salvo engano, no ano de 2012, o Distrito Federal está sofrendo o estresse hídrico, ou seja, brevemente nós poderemos sofrer aqui no Distrito Federal um racionamento de água.

Então, eu gostaria que esses três órgãos viessem a esta Casa explicar à população do Distrito Federal qual é o planejamento que se tem para recuperar e para não deixar que o Distrito Federal entre no racionamento de água.

Também quero pedir aqui que o Secretário de Meio Ambiente coloque em execução, junto com o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM o programa chamado Caminho das Águas. Deputado Agaciel Maia, esse programa serve para revitalizar os afluentes do Lago Paranoá e principalmente desassorear o Lago Paranoá.

Esse programa está parado, ele foi colocado em pauta pelo governo passado e, até agora, não tivemos nenhuma movimentação referente à aplicação desse

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

programa, que, inclusive já tem recursos previstos pelo BID para execução aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu queria parabenizá-lo por essas questões que V.Exa. levantou. Uma é a questão do assoreamento do Lago Paranoá. Nós chegamos a fazer, inclusive a pedido da própria comunidade, um amplo debate. O Lago Paranoá é abastecido por dois canais, um pelo Bananal e o outro pelo Riacho Fundo, se não me engano. A grande crise é o assoreamento do Riacho Fundo. Lá está a maior crise, aqui ainda há condições de administrar.

É uma matéria que tecnicamente se reveste de uma complexidade muito grande, mas é um tema extremamente relevante que V.Exa. está trazendo a esta Casa.

Realmente um dos grandes problemas nessa matéria é que não há um órgão específico responsável para conduzir essa matéria no âmbito do Distrito Federal. O que existe é um relatório da Secretaria de Obras, que era composto pela própria Caesb.

De fato, há recursos. O grande problema nessa questão – e isso foi discutido nessa reunião técnica feita na Câmara – estava associado à solução e a viabilidade da metodologia a ser utilizada para fazer esse tratamento. É uma matéria ainda relativamente nova. Eu quero sugerir a V.Exa. que, nesse debate sobre as águas, a ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – é imprescindível porque hoje quem tem a gestão de águas no Distrito Federal é a Adasa, não é mais a Caesb. A Adasa tem uma composição e um corpo técnico da mais alta qualidade, está entre os melhores do País e está perfeitamente em condições de dar essa condução.

Inclusive, aproveito o pronunciamento de V.Exa. para falar sobre a gestão que a Adasa teve na recuperação do Córrego de Sobradinho. No meu último mandato, tive a experiência de saber o que foi feito. A Casa do Ribeirão, inclusive, é um projeto que teve o apoio da Administração Regional de Sobradinho, que hoje faz um trabalho de recuperação. Eu espero que o Governador Rodrigo Rollemberg dê desdobramento a esse projeto com o apoio de V.Exa. e dos nossos dois deputados de Sobradinho, Deputado Dr. Michel e do meu colega de bancada, o Deputado Ricardo Vale.

Parabenizo V.Exa. por essa interessante abordagem extremamente atualizada.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015		15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. falou sobre a Adasa. No meu requerimento, pedi a convocação do Secretário do Meio ambiente, do Presidente da Caesb e do Presidente da Adasa para virem a esta Casa justamente para explicar os dois problemas: o porquê do aumento, do alto custo da água e quais são os projetos e suas execuções, porque nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar que a Capital da República sofra esse estresse hídrico. Daqui a uns dias nós podemos, sim, estar aqui sofrendo um racionamento.

Ainda digo mais, não tenho medo de falar: nós podemos estar vivendo um racionamento branco porque, muitas vezes, a Caesb lança um informe dizendo que está fazendo manutenção nas suas redes e nós não vemos as máquinas da Caesb nos pontos de vistoria para fazer essas manutenções. Então, nós gostaríamos de saber se essas manutenções estão realmente sendo feitas ou se esse racionamento branco existe.

Vamos lutar para que o Distrito Federal não sofra com esse racionamento!

Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é comum o Poder Legislativo, de qualquer lugar do mundo, aperfeiçoar os projetos que vêm do Executivo para que eles fiquem melhores e beneficiem mais a comunidade.

Nós aprovamos aqui, ontem, um pedaço do pacote da maldade, encaminhado pelo Governo Rollemberg. A parte mais dura virá depois, é aquela do IPTU, que pega os condomínios. Todos os condomínios vão pagar 117% de aumento no IPTU. Todos os condomínios terão 117% de aumento. Esse aumento vai atingir o Pôr do Sol, o Arniqueiras, o Vicente Pires, mas tem um condomínio que pagará 659% de aumento. É um condomínio de Planaltina, o Recanto dos Nobres. Eles acharam que o povo é nobre mesmo e vão pagar 650% de aumento no IPTU. Vão levar 39 anos para completar o pagamento do IPTU.

Mas o pedacinho da maldade que foi votado ontem... Por que estou dizendo, Deputado Agaciel, que não podemos fazer as coisas apressadamente? O pessoal do governo infelizmente não sabe escrever as coisas direito ainda, manda mal feito, mal escrito, mal elaborado, e dá no que dá.

Ontem, Deputada Liliane, nós pioramos. Nós não, quem votou a favor. Votei contra, estou isento disso. Preste atenção, Deputado Reginaldo Veras: constava no

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

projeto, quando veio, que, para imóvel de até 100 mil reais, ia-se pagar ITBI de 1,5%; de 100 mil a 250 mil, ia-se pagar 2,5%. O que a Câmara fez ontem? Arredondou tudo em 3%. Portanto, aquele que tem imóvel de até 100 mil reais perdeu 1,5%, e o que tem imóvel de 100 a 250 mil perdeu 0,5%, tudo arredondado em 3%. A Câmara ontem fez o favor de piorar a situação das pessoas, para aumentar ainda mais a questão do contrato de gaveta.

Há outra questão: o IPVA zero. O governo não faz cálculo. Deputado Agaciél, o governo, que diz que está precisando arrecadar dinheiro, vai perder 40 milhões de reais de arrecadação do IPVA. Foi importante termos levantado aqui a necessidade de manter o IPVA zero. Ele foi mantido, só que o IPVA tinha uma regra: você compra um carro modelo 2016 neste ano e paga 0,5%. Quem comprou com IPVA zero tinha um *plus* de 0,5%, para que o governo não tivesse prejuízo, o Estado não tivesse prejuízo. O que aconteceu? Passou, igualou todo mundo, e o IPVA zero saiu altamente beneficiado, o que quero louvar, mas o governo perdeu 40 milhões de arrecadação. É por isso que temos dito, o tempo todo, que não dá para votar desse jeito.

Quero voltar à questão do IPTU, porque está lá amornando. Eu conversava há pouco aqui com o nosso professor de economia, por quem tenho o maior respeito, o Deputado Agaciél Maia, e S.Exa. me dizia: "Chico, o pessoal está lá preparando para mandar de novo". E vão mandar mesmo! O Rollemberg já disse hoje que vai debater e mandar de novo. Vai vir. E aí quero saber como é que os Deputados vão reagir à revolta da comunidade. Se o Governador Rollemberg se comprometer a dar o mesmo índice de reajuste de salário e fizer com que todas as empresas deem o mesmo índice de reajuste de salário que foi dado ao IPTU, aí concordamos. Mas sabemos que dá um trabalho danado reajustar o salário pelo INPC. Há categoria que tem que fazer greve. E o que S.Exa. vai fazer? INPC mais 15%, mais 20% todo ano até completar os 117%; INPC mais 20% todo ano até completar os 659% do Condomínio lá de Planaltina. Portanto, a situação é grave.

Hoje, eu ouvia de manhã a *BandNews*. O Cláudio Humberto e o Rodrigo Arengo estão certos. Se os Deputados tivessem sido eleitos dizendo que iam aumentar imposto, se o Governador Rollemberg tivesse sido eleito dizendo que ia aumentar imposto, aí tinha todo o direito de mandar o projeto. Mas qual foi o mote da campanha, qual foi o discurso da campanha, o que era dito? Que dinheiro tinha, o que faltava no Distrito Federal era gestão, que havia um apagão de gestão, que dinheiro tinha! É só pegar todas as propagandas de televisão do Governador Rollemberg. Era isto: dinheiro tem, falta gestão! Pois bem, cadê a gestão? Por que tem que meter a mão no nosso bolso agora? Não falta não é gestão? Cadê os gestores dele?

Eu vi há pouco aqui o Deputado Rodrigo Delmasso falando da falta de medicamentos. Mas sabe por que está faltando, Deputado? Por que eles não têm capacidade de comprar. O Fundo de Saúde repassa mensalmente para o Distrito

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015		15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

Federal 30 milhões de reais diretamente do Ministério da Saúde. Dia 5 de janeiro, entraram 9 milhões; dia 27, entrou o restante do dinheiro. Mas o Secretário da Saúde que está aí é incapaz de fazer as compras. Esse dinheiro é para comprar medicamentos para câncer, para pagar emergências de UTI. São 30 milhões que estão lá guardadinhos no cofre. Não compra porque é incompetente. Aí, sim, falta gestão. É um secretário incompetente, que levou o Hospital Universitário de Brasília à situação caótica quando era diretor daquele hospital. Portanto, é o mesmo, não há gestão. Falta exatamente apresentarem os gestores capazes de fazer o que eles não estão fazendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Passo a Presidência à nobre Deputada Liliane Roriz para que eu possa fazer uso da palavra como Líder do Bloco Força do Trabalho.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria inicialmente de fazer um esclarecimento ao brilhante Deputado Chico Vigilante. Nós sabemos da eloquência, da inteligência... É incrível como tudo o que se fala para o Deputado Chico Vigilante, até com o raciocínio econômico, S.Exa. capta no ar.

É importante dizer que, para esclarecer... Estou mais nessa função de fazer o esclarecimento desse projeto para sanear as contas do Distrito Federal. No que se refere ao ITBI, que é quando você passa o imóvel para outra pessoa, o cartório cobra 2% – em Goiânia é 3,5%, em São Paulo é 3%. E o governo tinha mandado de maneira escalonada, mas há uma súmula do Supremo Tribunal Federal que não permite. Então, foi tirado o escalonamento, que também é inócuo, e vou dizer o porquê. Porque imóveis até 100 mil reais em Brasília, que têm escritura... Sabemos que hoje mais da metade da cidade é toda ela sem documentação, e todas as transferências são feitas através de cessão particular de direito, ou seja, contrato de gaveta. Não há nenhum imóvel em Brasília – eu acho, Deputado Chico Vigilante – que custe 100 mil reais que seja aqui pelo Plano Piloto ou alguma dessas cidades mais evoluídas que tenha escritura pública. Todos esses imóveis na faixa de 200 mil reais para baixo estão em áreas que hoje não têm escritura pública, portanto, em sua transferência o governo não ganha nada.

Eu tenho batido muito nessa tecla. Se o Governador regularizar a cidade... Parece-me que são 600 mil residências, Deputado Chico Leite, que são vendidas. Imaginem esses condomínios todos, Paranoá, São Sebastião, todos eles são vendidos. Centenas e centenas de transações comerciais todas feitas em contratos de gaveta, que não pagam ITBI. Se o governo conseguisse... E eu disse uma vez ao Governador Agnelo: Governador, tem duas coisas que o senhor precisa fazer em

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015		15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

Brasília, pode armar uma rede entre um pé de coco e outro na Bahia e ficar tomando água de coco que sua reeleição está garantida. Aí, ele disse: "O que é, Agaciel?" Eu falei: o senhor tem que criar uma política de regularização fundiária na cidade, legalizar toda a cidade e, a partir daí, toda e qualquer transação de venda e compra de imóvel vai ter que ser feita em cartório. O senhor vai aumentar a receita e dar satisfação a todos esses moradores de condomínios, que vão ter a escritura. Portanto, são seiscentas mil residências que vão passar a votar no senhor.

A outra política – que é o que sofremos – é a política de qualificação dos jovens. Qual é o grande problema hoje de desequilíbrio familiar? É a droga. Qual é o grande problema de segurança pública de Brasília? É o roubo, o assalto. E onde é que nasce tudo isso, Sras. e Srs. Deputados? Nasce pela desestruturação da família, porque o garoto completa 14 anos e, em qualquer lugar do mundo, Deputado Prof. Israel e Deputado Prof. Reginaldo Veras, o sistema... Todos nós sabemos que é simples o que funciona nos países civilizados. O garoto vai à creche. Ele entra de manhã, o pai sai do trabalho à tarde e pega a criança. Quando completa 14 anos, ele é encaminhado para uma qualificação profissional, que é o nosso estágio. Quando completa 18 anos, ele já é um profissional e vai para o mercado de trabalho.

Eu falei para o Governador Agnelo. Hoje temos em Brasília 129 mil jovens, de 14 a 18 anos, em condições de aprender uma profissão e de ter um estágio remunerado. Levamos três anos e meio para aprovar o Jovem Candango, muito por culpa de próprios Deputados aqui que tinham ciúme. Achavam que, se tivessem vinte mil jovens trabalhando, teriam cinco votos em cada família. Portanto, o Deputado Agaciel Maia seria candidato a Deputado Federal, porque teria cem mil votos. O raciocínio era esse. Eles não pensavam que um jovem daquele... Hoje são 3.300! Não pensavam algumas pessoas, Deputado Prof. Israel, que se esses meninos, esses vinte mil, que hoje são 3.300, estivessem trabalhando e aprendendo alguma profissão, estariam deixando de assaltá-los ou a algum parente deles, ou de se envolver com drogas. Sabemos que quando há um filho envolvido com droga, isso desestrutura a família: o pai bota a culpa na mãe, a mãe bota a culpa no pai, a família se desestrutura, os pais adoecem. E aí é um problema de saúde pública que temos.

Eu disse que, se conseguíssemos tirar... Não digo tirar os 129 mil jovens da rua, que estudam em escolas públicas e são de áreas vulneráveis de Brasília. Mas vamos tirar pelo menos vinte mil. Conseguimos tirar 3.300, que estão trabalhando, mas agora estão ameaçados pela crise financeira.

Aí, às vezes – e isso é cultura –, o Governo faz as medidas, mas a culpa é dos Deputados que votaram. A culpa não é do Deputado. A culpa, às vezes, é de quem ocasionou a crise.

Eu fui indagado: "Mas, Deputado, o senhor votou a favor das medidas econômicas?" Eu disse que votei. Eu não tenho opção. Ou não pagamos nada e

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

Brasília entra em um caos, na barbárie, ou tomamos algumas medidas para sanear os problemas. Só temos dois caminhos a seguir: não votamos nada; não se paga nada a ninguém; ninguém vai conseguir chegar ao trabalho, porque vai estar tudo interditado – passamos por isso recentemente –; o sistema de saúde não vai funcionar, porque não há dinheiro; o sistema de segurança também não vai ter dinheiro; não vai haver polícia, e vamos para a barbárie total; ou votamos algumas medidas para sanear e normalizar a nossa cidade. Vamos fazer um discurso, dizer que não vamos votar? Fica bonito no início, mas e depois, quando as pessoas estiverem sendo assassinadas e morrendo por aí? A responsabilidade é de quem? É nossa! Também, culturalmente, a gente tem que entender que em qualquer lugar do mundo há a Oposição e a Situação. E quem é da Situação, que assumiu o governo, tem que assumir o ônus, tem que botar a cara para fora. Eu voto, sim. Eu votei. Por que você votou? Votei por isto: porque, entre apostar em Brasília em um caos total e apostar em saneamento das contas de Brasília, vou optar por sanear o problema. Eu moro aqui e meus filhos e netos nasceram aqui. Então, entre uma barbárie total, um caos total, e um saneamento, vou optar pelo caminho que dê o mínimo de segurança.

Agora, o que eu queria dizer, especificamente hoje, é que falei com o Governador Rodrigo Rollemberg que não podemos matar o projeto do Jovem Candango. Inclusive, assumo de público aqui que abro mão da minha emenda parlamentar, aquela a que cada Deputado tem direito, para colocar esse dinheiro lá, porque sei da importância de um menino não estar na rua. Sei porque fizemos esse programa no Senado, em 1984, quando tiramos 2.500 jovens da rua que hoje são os melhores gráficos de Brasília. Esses meninos não me chamam de Deputado. Eles dizem: "Dr. Agaciê, se não fosse o senhor, ou eu estaria preso ou eu teria morrido, porque eu não tinha outro caminho. Eu era de uma área vulnerável. Eu iria para as drogas, iria traficar, ser preso ou morto. Mas hoje sou pai de família. Tenho minha família, tenho meu lar, tenho minha casa, porque alguém estendeu a mão para eu segurar".

Agora, esses jovens do Porto Rico, do Sol Nascente, da Estrutural, do Itapoã, do Pombal, lá em Planaltina, se não tiverem alguém para estender a mão para eles, terão como ídolo o traficante, o bandido, que se apresenta para eles com tênis novo, com camisa nova. Eles só têm a opção de ir para o lado errado.

O programa Jovem Candango, instituído pelo ex-Governador Agnelo, agora está sendo copiado. O Geraldo Alckmin, que é do PSDB, lançou lá o mesmo programa, com o nome: Jovem, Vença! E com cem mil de uma vez. Por isso que ele foi eleito logo no primeiro turno. Não há outra saída para Brasília. Temos que estender a mão para esses jovens, a fim de que eles não tenham só a opção de ir para as drogas, assaltar e matar.

Quero, portanto, fazer esse apelo aqui à liderança de governo, à base de governo. Podem até mudar o nome. Geralmente, é assim: quando um governador

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

implanta uma coisa boa, o outro, se não acabar, tem que pelo menos mudar o nome. A maioria dos estados brasileiros estão copiando esse programa, e nós, que o inventamos, não podemos agora extingui-lo. Quero assumir o compromisso de que a verba de gabinete a que tenho direito, eu boto toda nesse programa, pois temos que salvá-lo. É o que eu repeti no início do governo: quem regularizar a situação de Brasília, fizer um programa que dê aos 129 mil jovens que estudam em escolas públicas qualificação profissional, com carteira de trabalho assinada e remuneração, poderá armar uma rede entre um pé de coco e outro, que estará eleito.

DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.)
– Obrigado, Deputado.

Quero apenas fazer um adendo à sua palavra, lembrando que, no primeiro tópico, da questão fundiária, a dica que V.Exa. deixou para o ex-Governador Agnelo foi repetida agora, por mim e pelo Deputado Lira, para o Governador Rodrigo Rollemberg. Vou bater novamente nessa tecla e insistirei nela durante esses quatro anos. Se nós fizermos uma força tarefa séria, técnica, desvinculada de questões políticas para regularizar a situação dos condomínios aqui no Distrito Federal, a capacidade de arrecadação será fantástica. Crise nenhuma se abaterá nos próximos anos. Haverá muito dinheiro. Agora, há alguns fatores políticos impeditivos que não permitem que essa regularização aconteça. Está na hora de superarmos isso. O Deputado Lira, em reunião conjunta com o Governador, disse que, quando menino já se falava em regularizar as terras no Distrito Federal. E ele brincou, dizendo que já está de cabelo branco, e tal situação não avançou. Força tarefa é o nome. Temos que bater nessa tecla.

Segundo, parabeno o senhor pela defesa do projeto Jovem Candango. Eu, como professor da rede pública, quarenta horas, professor de ensino médio, acompanho diariamente que, quando o menino está em um estágio sério ou está aprendendo uma profissão paralelamente à aquisição de conhecimentos em sala de aula, isso contribui para formar um cidadão mais completo, um cidadão pleno.

Então, é o tipo de projeto que também terá o meu apoio para ter continuidade. Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço a V.Exa., também agradeço à nossa vice-Presidente que está no exercício da Presidência, Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, apenas para parabenizar V.Exa. pelo brilhante projeto que apresentou, o Jovem Candango, que, como o senhor muito bem disse nesta Casa, deu uma oportunidade aos jovens dessa cidade. Faço coro a V.Exa. de que as vagas disponíveis poderiam ter sido muito maiores. Eu acredito que isso é uma questão social. O Estado precisa dar a mão para a juventude desta cidade, que muitas vezes é esquecida na execução de políticas públicas aqui na Capital da República.

Então, parabeno V.Exa., que teve esse gesto de estender as mãos para a juventude da nossa cidade. Na minha avaliação, um dos principais itens para combater a violência juvenil é estender a mão dando oportunidade para que o jovem tenha condições de realizar seus sonhos.

Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo em meu pronunciamento.

Agradeço à Presidência pela generosidade por eu ter ultrapassado alguns minutos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Júlio César. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Professor Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de registrar aqui uma observação que foi também há pouco abordada na fala do Deputado Agaciel Maia, no que diz respeito à questão de pensarmos alternativas para o Distrito Federal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

Eu queria aprofundar esse debate, Deputada Liliane Roriz, no sentido de que a Câmara Legislativa, de fato, se debruçasse num processo de compromisso, inclusive a partir de seu próprio orçamento, a partir da sua própria contribuição do ponto de vista de responsabilidade da gestão.

Eu não tenho dúvidas, Deputado Agaciel Maia, de que, antes de se discutirem as alternativas tributárias a serem colocadas no plenário desta Casa, existem alternativas que têm que ser pensadas. Não quero aqui – e disse isto ontem na comissão – desconhecer a reponsabilidade que temos pela frente, principalmente nós que passamos pela base de apoio do governo anterior e que temos que enfrentar as soluções previstas.

Ontem, pontuamos uma questão que foi debatida no final do ano nesta Casa e que precisa trazer esclarecimentos sobre a razão por que a securitização não está tendo o desdobramento possível de haver. Uma dívida que alcançou, no ano de 2010, a ordem 10 bilhões e 400 milhões e que chega ao final de 2014 a uma ordem de 15 bilhões e 800 milhões de reais: dá para imaginar que isso é tão preocupante quanto esse cenário de dificuldade em pagar servidor.

Ora, se a dificuldade daqueles que têm de recolher os seus tributos é evidente e sofre uma magnitude proporcional em uma gestão à ordem de 50%, existe algo errado do ponto de vista da arrecadação tributária. Ou os tributos estão por demais, ou os contribuintes estão em condições de insuficiência para fazer frente a eles, ou até mesmo a cultura da negligência com os tributos é algo que esteja já incorporado no convívio da nossa sociedade, o que é extremamente pernicioso para todos nós.

A proposta da securitização pode não ser, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a melhor, mas o fato é que o Distrito Federal hoje convive com uma dívida ativa da ordem de quase 16 bilhões de reais. E isso não incomoda a nós que estamos na vida pública? Nós que estamos convivendo com a gestão de governo, seja o anterior ou seja este? Portanto, não podemos desconhecer a tarefa de enfrentar esse debate. Se o projeto da securitização não é o melhor, existe pelo menos o diagnóstico para termos a compreensão de qual agilidade o Judiciário pode oferecer para fazer frente a esse debate. Esse cenário me preocupa, porque vamos fazendo vista grossa e, naturalmente, o Governo tem uma tarefa difícil a enfrentar, que é o pagamento.

A ARO não é uma operação imediata. Respeito, Deputado Rodrigo Delmasso, o seu pronunciamento de ontem, mas não adianta apenas nós políticos batermos na porta de ministro e dizer: vamos resolver isso, se o GDF não estiver com toda a documentação pronta já previamente exigida. Foi-nos dito ontem na comissão pelo secretário que essa documentação já é disponível. Precisamos saber qual é a taxa de juros, qual é a agência. Por isso, entendemos que é importante a participação dos Deputados nesse processo, principalmente aqueles que se julgam interessados em fazer esse acompanhamento.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015		15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

Esse é um debate, Deputado Agaciel Maia, que, independentemente da crise dos 400 milhões, ou o valor que seja, nós teremos que enfrentar. V.Exa. é uma pessoa que tem vocação para as coisas das finanças públicas. É algo que deve nos deixar extremamente desconfortáveis, algo que deve nos deixar incomodados. O Deputado Chico Leite ontem falou palavras absolutamente verdadeiras para todos nós aqui. Eu prestei atenção ontem ao pronunciamento dele. "Nós não podemos colocar no colo da população a ineficiência, a corrupção e a negligência do Estado." Parece-me também que o Deputado Rodrigo Delmasso falou ontem um pouco sobre isso. Não podemos onerar a sociedade.

Aí, Deputado Agaciel Maia, estou com V.Exa. até certo ponto, porque apresentar – pelo menos é o que está no documento que a mim foi entregue – a correção do INPC com mais 20% até alcançar o patamar da pauta, V.Exa. há de convir que sobretudo o servidor – esses são parâmetros salariais que nós acompanhamos mais de perto – não está tendo correções salariais que o permitam fazer frente a esse desafio. Eu até entendo que nós retardamos por demais o processo da correção, mas, entre um processo de correção e um processo dessa magnitude, existe outro debate, Deputado Agaciel Maia, porque nós precisamos entender como a Secretaria da Fazenda opera. O cálculo é por dentro ou é por fora? Por exemplo, se a taxa de inflação, o INPC, foi 4,5%, se acrescentarmos mais 20% teremos 24,5%? Não. Depende do cálculo. Se o cálculo for pela multiplicação, ele será maior que isso. Se for pela soma, tudo bem. Mas isso tem que ser explicitado no projeto.

Não é porque ontem o secretário concordou com a retirada de pauta – e eu até já o cumprimentei por essa capacidade de negociação – que o problema está resolvido, não! O Governador Rollemberg – quem conhece a maneira de ele trabalhar sabe disto – vai investir.

Quanto à população, ela está preocupada. Isso é verdade. Ela está preocupada, porque reconhece que há uma crise, mas ela não está disposta a assumir esse ônus.

Eu considero, Deputado Agaciel Maia, que ontem o *Correio Braziliense* trouxe um editorial extremamente importante sobre a queda da credibilidade da classe política na sociedade brasileira. Nós estamos falando de uma coisa extremamente séria. Nós estamos falando de uma coisa extremamente relevante, porque nós estamos caminhando no caminho da insignificância. E, quando nós caminhamos no caminho da insignificância, nós nos tornamos desnecessários, desabilitados a discutir os problemas da nossa cidade.

Portanto, eu creio que um momento em que a Câmara Legislativa pode afirmar a qualidade do seu debate é esse. Aqui V.Exa., como Presidente da comissão, tem um papel extremamente relevante.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11	02	2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Eu quero dizer, Deputado Agaciel Maia, para os colegas, que nós temos várias alternativas e queremos ter um espaço para colocá-las. Mas não simplesmente um espaço para falar de maneira banal, irresponsável, mas para falar de maneira comprometida com o equacionamento do problema. Eu creio que, se houver esse espaço junto aos membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, da Casa como um todo... Eu acredito que a Deputada Celina Leão está, como Presidente da Casa, absolutamente interessada em ajudar esse debate, em fazer uma conversa serena, tranquila, descontraída com a equipe do governo, para ver, até mesmo, eles puxarem a nossa orelha. Eu acho que isso não é ruim. É nesse momento de crise que a gente mais aprende.

Ontem, sobre a palavra do Deputado Prof. Reginaldo Veras – sei dos seus compromissos partidários com a base do Governo Rollemberg e não quero ficar expondo S.Exa. –, eu quero reconhecer a qualidade do seu pronunciamento, até por ser um Deputado que começou agora, mas que veio com conteúdo e com preocupações sólidas, como nós vimos há pouco também no pronunciamento do Deputado Rodrigo Delmasso. Nós precisamos de homens e mulheres Deputados que qualifiquem o problema da nossa cidade. Eu gostaria que nós tivéssemos isso, mas não quero ficar aqui fazendo colocações disso ou daquilo sem que haja alguém que ouça com critério e diga: “Dá para pensar”. “Não dá para pensar, isso é um absurdo”. “Vamos pensar nisso ou naquilo outro”. Eu creio que o governo tem que ouvir a Câmara Legislativa.

Ontem o governo percebeu que a Câmara Legislativa tem dificuldade de votar o reajuste, sobretudo do IPTU. Reajuste do IPTU é diferente de reajuste do ICMS. Ele mexe diretamente no orçamento familiar, numa cidade que culturalmente tem longos e longos anos com um processo de doação de terreno, de ocupação de terra pública. Com dificuldade isso tem sido incorporado na pauta de valores para ser tributado, para o IPTU ser lançado e recolhido, para efeitos de pagamento.

Não tenho dúvida de que a população, principalmente a mais pobre, é religiosa nos seus compromissos, mas nós temos que aprender a educar a população. Antes de educar uma população que hoje está à margem do processo, Deputado Agaciel Maia, acho aquilo muito preocupante.

Hoje o grande problema de Brasília não é simplesmente quem contribui, são os que não contribuem. Aqui está o Adriano, que é da Secretaria de Fazenda e esteve até recentemente com a Deputada Eliana Pedrosa. Ele foi Subsecretário da Receita. Foi exatamente na gestão do Governador Cristovam que a base de arrecadação aumentou porque houve uma revisão de cadastro, ampliações de construção e uma série de medidas meramente administrativas que poderão ser feitas antes de se chegar a esse momento.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		15

Agradeço a oportunidade. Eu me coloco nessa perspectiva de ajudar a construir alternativas, a exemplo daquilo que a Liderança do meu partido vem colocando na tribuna desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a V.Exa. e, como fui citado, eu gostaria também de prestar alguns esclarecimentos. Primeiro, quero dizer que V.Exa., Deputado Wasny de Roure, além de ser um Deputado extremamente competente – somando-se a isso a quatro, cinco ou seis mandatos –, tem contribuído bastante.

O discurso e as medidas que tomamos ontem, de inicialmente suprimir do texto o IPTU e a TLP, foram adotadas porque a Câmara não estava segura dos procedimentos nem dos dados de informações. Eu acho que o próprio governo hoje reconhece isso.

Algumas correções têm que ser feitas. Essa securitização de V.Exa. é uma medida inteligente. Se nós temos 16 bilhões de dívidas para serem recebidos, temos que criar mecanismos para que esse dinheiro venha para as contas do governo.

Quero dizer a V.Exa. também que é necessário fazer algumas outras coisas. Por exemplo, nós temos uma taxa de limpeza pública de Brasília. Nela, nós gastamos mais de 200 milhões. No entanto, arrecadamos 100. Então, há um déficit praticamente da metade. Nós sabemos que, provavelmente, com uma auditoria desses procedimentos licitatórios e outros mecanismos, pode ser que se reduza, Deputado Prof. Israel, essa taxa de limpeza urbana para uns 150 milhões/ano. Nós não podemos é gastar 220 e arrecadar 100, porque não fecha. Isso é necessário se fazer. Mas tem que se criar – e eu acho que o governo tem uma equipe técnica inteligente – mecanismos para isso, porque nós temos uma série de outras variáveis econômicas que podem ser atacadas, como esse problema de receber a dívida que nós temos.

O projeto do leilão eu defendi porque é um projeto que dá a opção a quem tem a receber do Governo do Distrito Federal e quer receber mais rápido – e ninguém ignora que o governo está em crise – de fazer esse trabalho. Então, a devolução, a supressão, tanto do IPTU como da TLP, para que se criem mecanismos, se estude, se tragam dados e informações...

A própria Comissão de Economia, Orçamento e Finanças criou uma subcomissão para não ficar na versão nem da Oposição nem do governo: "Não, deixou um déficit de tantos bilhões". Isso tem que ser real. Nós vamos receber o relatório quadrimestral, que é a prestação de contas que o governo é obrigado a fazer a cada quatro meses. Esses valores, de qualquer maneira, ainda vêm muito sintéticos, vêm muito resumidos. Essa subcomissão da CEOF vai buscar exatamente isto: "Olha, isso aqui é real. O déficit do governo é de tantos milhões ou bilhões, mas é real, está aqui provado por a mais b que é isso!" E não ficar uma versão a e uma versão b, uma versão do governo anterior e uma versão do governo atual, e a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

população, e até mesmo os Parlamentares sem terem com precisão qual a informação exata. Por isso que essa comissão foi constituída, pelo Deputado Wasny de Roure, o Deputado Júlio César e o Deputado Prof. Israel, exatamente para se ter as informações exatas. Para não se ter versão de fato, nem de oposição nem de governo; para se ter a situação real, ou seja, os dados, as informações com precisão contábil.

É esse o comunicado que eu gostaria de fazer.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Quero informar também que o Tribunal de Contas do Distrito Federal, em breve, estará emitindo o seu relatório em relação à análise do relatório quadrimestral apresentado pelo Governo do Distrito Federal.

Então, sugiro à subcomissão da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que também leve em consideração o relatório que será apresentado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, que está fazendo justamente essa análise referente às contas de pessoal e à questão dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Acredito também que o tribunal, por ser um órgão técnico, um órgão com extrema competência para fazer essas avaliações, vai emitir o verdadeiro sinal, como V.Exa. muito bem disse, obviamente, sem versões de fatos, mas sobre o que realmente está acontecendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a V.Exa.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos presentes. Acho que esse assunto ainda do pacto, do pacote, seja lá como as pessoas o chamam, precisa ser muito debatido nesta Casa. Eu fico muito feliz porque os Deputados estão se interessando por gestão, principalmente gestão pública.

O que nós percebemos ontem – em algum momento, fui citado depois da minha fala e não tive outra fala para poder justificar – é que normalmente fazemos juízo de valor sem as informações necessárias. Fazemos juízo de valor para dar

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

opiniões muito superficiais. E aqui, nesta tribuna, quando se dá opinião superficial, corre-se o risco muito grande de se cometer injustiça.

Eu costumo me aprofundar em tudo o que falo. E tenho dito muitas vezes que nunca falo do que não fiz, só falo do que já fiz. Quando a gente fala do que não fez, a gente incorre na possibilidade muito maior de errar do que quando a gente fala do que já fez.

Quando a gente percebe e vê toda a situação do governo... E vou falar porque ontem à noite, depois desse processo, ainda fiz algumas reuniões que terminaram tarde da noite, com alguns políticos que têm muito interesse de que esta cidade dê certo... Eu tenho falado que, se este governo fracassar, temo pela autonomia do Distrito Federal e temo pela importância e a necessidade desta Casa que está aqui. Hoje, claramente, se formos às ruas e fizermos um plebiscito, esta Casa não continua, haja vista se nós fizermos esta pergunta aqui, neste plenário. E acho que deveríamos fazer. Fazer não para acabar ou continuar com esta Casa, mas fazer para revisita-la, visitar os seus conceitos, visitar as suas necessidades e nos colocarmos como uma verdadeira casa que precisa e tem que ajudar esta cidade. Devemos nos aprofundar nos processos, mas não como oposição ou situação, aprofundarmo-nos nos processos para ajudarmos esta cidade. É inconcebível eu estar no governo e defender uma coisa e, quando não estou, defender exatamente o contrário daquilo que eu defendia quando estava no outro. E que isso sirva de exemplo para todo mundo, para todas as pessoas.

Então, essa é uma lógica que eu queria defender, que é de termos uma constante conceitual nas nossas formas de fazer política, porque, assim, ajudaremos definitivamente a cidade.

Quando nós temos essas contas todas para acertar, eu gostaria de colocar... E aí, estou me colocando aqui como um governador, porque fui base do governo passado. Eu fui base do Governo Agnelo, ajudei a eleger o Governador Agnelo naquele momento, por um programa, por uma questão programática, e ajudei o governo enquanto pude. Ajudei mesmo, dei minhas opiniões, fui à Casa Civil, fiz um grupo de planejamento estratégico, corri às administrações, sem necessidade, sem sair colocando melancia no pescoço porque estava fazendo isso. Fui ajudar o governo, porque no meu entendimento o governo tem que dar certo, porque quem sofre quando ele não dá é o cidadão. Infelizmente, em muitos dos lugares que fui, não fui ouvido. A população decidiu claramente o que ela queria, de uma forma impressionante! De uma forma impressionante! Aconteceu no Distrito Federal, aconteceu no Espírito Santo, com um amigo meu, chamado Renato Casagrande. A população escolheu no primeiro turno tirar o governo que aí estava, porque não estava recebendo as entregas. E, em dezembro, não havia dinheiro para pagar o 13º. Porque, se houvesse dinheiro, tenho certeza absoluta de que o Governador Agnelo teria pago. Mas não pagou o 13º porque não havia dinheiro. Não havia recurso. E eu acredito nisso. Se houvesse, porque não pagaria? Então, não pagou

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

porque não havia caixa. Porque houve um descontrole de caixa, porque houve uma má gestão dos recursos. Isso é claro, essa má gestão dos recursos e a não-entrega do prometido levou, inclusive, à mudança de governo, naturalmente.

Veja bem: o governo arrecada como? Como é que o governo, a empresa governo arrecada, de onde ela tira dinheiro para pagar os seus custos, e quais são os custos de um governo? Qual é o custo desse governo? Qual é o custo do governo que está aí? Com que ele gasta hoje? Os investimentos, obras, estão todos parados, porque não há dinheiro. Então, qual é o custo dele? Energia elétrica, água – que é para ele mesmo, e ele está com tudo atrasado na CEB e na Caesb. Os próprios órgãos do governo estão atrasados na CEB e na Caesb, causando inadimplência perigosa. Então, com que é que ele gasta, Deputado Prof. Israel, Deputado Renato Andrade? Com que o governo gasta, Deputado Júlio César? Custeio. O que é o custeio? Mão de obra, funcionalismo público, pessoal.

O governo não teve o dinheiro para pagar o 13º salário em dezembro. Ontem, os 21 Deputados votaram pela ARO, para que houvesse antecipação de receita. Isso não é de graça, isso é caro – não é Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que é economista –, 15,2% de uma receita que é a mesma, não vai aumentar a receita. Antecipação de receita é antecipação, não é aumento de receita. E isso para pagar custeio, para pagar folha de pagamento. Significa o seguinte: se eu não aumentar a arrecadação e baixar custo... E ontem eu falei: precisa haver um corte muito mais drástico no custo. Mas tem que aumentar a arrecadação, porque mesmo assim não será suficiente para fazer o custeio, que nós, junto com o governo que estava aí, fizemos e aumentamos o custeio. Porque, quando damos aumento para o funcionário público, é aumento de custeio que tem de se pagar.

Então, eu tenho que baixar o custo, mas tem um limite de baixa de custo porque há os concursados. Não dá para mandar gente embora, ou dá? Está cortando e tem que cortar mais cargos comissionados, só que os cargos comissionados também são de cargos de carreira. Tire o comissionamento dos funcionários de carreira e pergunte se eles trabalham. Não trabalham. Então, tem que ser mais contundente no custo, mas tem que aumentar imposto, não tem saída.

Eu sou um cara que estou o tempo inteiro falando que não pode cair no colo da classe média. Não pode cair. Porque se não aumentar o imposto, não aumenta a arrecadação e não se consegue pagar o custeio. E o que é o custeio da máquina? Nós chegamos à conclusão de que é mão de obra. Então, se eu não tenho aumento de arrecadação, eu não tenho dinheiro para pagar a mão de obra. Foi o que eu falei. Foi o que eu falei ontem aqui. Simplesmente isso.

Para qualquer sujeito que tenha a mínima condição de fazer um raciocínio de entradas e saídas, que tenha o mínimo conhecimento – um pouquinho, jardim da infância – sabe que a conta tem que ser paga com aquilo que eu arrecado. E se eu não aumento a minha arrecadação eu não consigo pagar. Dezembro não foi pago.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

Ou foi? Foi, Deputada Luzia de Paula? Não foi pago. Por que o Governador Agnelo não quis pagar? Não, porque não tinha dinheiro.

Simplemente o que eu falei ontem foi que, se nós não tivermos fonte de arrecadação, e naquele caso a fonte de arrecadação era aumentar os impostos, depois de discutido nesta Casa, diminuindo IPTU e tal, que eu votei, não teria recurso para pagar o custeio do governo, que é nada mais nada menos do que a folha de pagamento.

Era isso que eu queria falar para vocês e esclarecer. Porque aí vem o pessoal aqui que joga para a plateia, porque tinha uma plateia grande aqui, fala bobagem, cita nomes.

Eu gosto de desafios. Eu estou fazendo agora um levantamento completo dos custos, completo, de todas as contas – eu sou o Presidente da Comissão de Fiscalização, tenho acesso a isso – para mostrar e demonstrar que qualquer um de nós aqui, minimamente responsável, que assumisse o cargo de Governador como este Governador assumiu teria que tomar medidas drásticas, responsáveis.

A população não tem culpa disso, mas está pagando o pato porque nós vivemos em uma democracia representativa em que se elegem as pessoas. Nós não podemos, independente de sermos Oposição ou Situação, ser irresponsáveis com esta cidade. Não podemos esquecer o passado para olharmos o presente e conseguirmos corrigir os erros. Eu falei em várias reuniões de que eu participei: tenho culpa nesse processo, porque votei todos os aumentos e votaria novamente porque eu acho que os funcionários públicos precisam ter os seus aumentos. Votei todos os aumentos que estão impactando completamente no custeio da máquina. Custeio! Folha de pagamento na máquina. Então, tenho responsabilidade nessa crise que está aí. Estou ajudando e tentando ajudar o governo para sairmos dela. É fácil demais e gostoso demais chegar numa plateia cheia e falar: "Vou votar a favor de vocês!" É muito legal, mas a ressaca do dia seguinte explode, e está aí o resultado.

Muito obrigado, Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Júlio César.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JÚLIO CÉSAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Apenas para esclarecer o que o Deputado Joe Valle colocou, muito feliz, falando sobre o equilíbrio das contas do Governo, principalmente no que se refere à atitude tomada ontem. Mas algumas dúvidas ainda pairam, principalmente quando sabemos que os impactos dos impostos que foram votados ontem vão valer somente para o ano que vem. Será que vamos arrastar esta crise até o ano de 2016? É uma pergunta que os gestores precisam responder. A ARO, Antecipação das Receitas Orçamentárias, é claro que ela precisa ser quitada até o dia 10 de dezembro do corrente ano, e não do

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015		15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		20

ano seguinte. Essa antecipação irá utilizar recursos financeiros estabelecidos no ano de 2015.

Nós vimos, e o Secretário Adjunto de Fazenda colocou muito bem, que para se fazer a contrapartida da ARO o seguinte cálculo foi demonstrado: que seriam utilizados 150 milhões de reais, que seriam oriundos da fiscalização tributária do Distrito Federal; 200 milhões de reais, oriundos do corte de gasto do Governo – e aí quero parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg por conseguir ter um corte de 200 milhões de reais –; e 50 milhões de reais, que seriam dados em cima da quebra da isenção do IPVA. Bem, será que esse cálculo não pode ser transferido também para o ano de 2016? Nesse caso, você teria uma receita a mais de 400 milhões. E com certeza, Deputado Israel, se nós ampliarmos a fiscalização no Distrito Federal... Porque existem muitos sonegadores, muitos empresários, grandes empresários, porque o micro e os pequenos empresários não sonegam imposto. Aliás, o micro e o pequeno empresário, segundo o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, são responsáveis por mais de 50% da geração de emprego e renda no Distrito Federal.

A minha pergunta é, se a fiscalização tributária do Distrito Federal fosse aparelhada, porque ela já dispõe de excelentes técnicos, será que não aumentaríamos a arrecadação? Será que em um ano não conseguiríamos chegar a 400 milhões, até mesmo a 1 bilhão de reais? E eu faço outra pergunta: a previsão para arrecadação do nosso Orçamento é 40 bilhões de reais, contando com o Fundo Constitucional. E o do Estado de Goiás é de 19 a 20 bilhões de reais, ou seja, temos o dobro do orçamento e da previsão de arrecadação que foi colocada pelo Estado de Goiás.

O Deputado Joe Valle colocou muito bem que existe, sim, o descontrole do custeio da máquina pública do Distrito Federal. E um questionamento que eu fiz ao Secretário de Fazenda na época, inclusive na reunião técnica de que participamos, se aquele seria o momento para que esses remédios fossem aplicados. Porque eu acredito que o Governo poderia nesses momentos aplicar outras medidas, como por exemplo: vou falar sobre o REFIS e o REFAZ. Essas medidas foram adotadas por governos anteriores e deram resultados fantásticos. E acredito, Deputado Joe Valle, por exemplo, no setor produtivo do Distrito Federal, como eu disse, o senhor muito bem defende o setor produtivo, principalmente o micro e o pequeno empresário, em cima dessa conta que foi repassada, que infelizmente foi aprovada ontem. Mas enfim, essa arrecadação vai começar a partir de 2016. A minha pergunta – e eu gostaria que os técnicos do Governo nos explicassem, que colocassem às claras – é a seguinte: nós não podemos, e aí o senhor há de concordar comigo, empurrar essa crise para 2016? Essa crise precisa ser resolvida agora?

E aproveito para, mais uma vez, parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg, que teve a coragem de cortar na carne. Teve a coragem, Deputado Joe Valle, de cortar no início do seu mandato quase 60% dos cargos em comissão. Que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

teve a coragem de reestruturar a máquina pública, de sair de 39 secretarias para 24. Teve a coragem de discutir com a sociedade a redistribuição das administrações regionais, justamente para dar mais eficiência e eficácia na Administração Pública. Teve a coragem de montar uma equipe técnica coerente com aquilo que colocou na campanha.

Porém, a minha pergunta é se as medidas que foram aprovadas terão impacto direto na arrecadação de 2016, ou seja, no orçamento que chegar a esta Casa a partir do segundo semestre. Inclusive o Governo irá encaminhar o Plano Plurianual para ser debatido por esta Casa no segundo semestre e nós já vamos ver esses impactos. Acredito que esses impactos possam ser justificados com a recuperação dos investimentos, como foi muito bem colocado na tribuna.

Quero só ponderar este ponto porque acredito que no governo nós temos técnicos excelentes. O que precisamos, Deputado Joe Valle – preciso da ajuda de V.Exa., sou seu Vice-Presidente na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, comissão que V.Exa. criou com muita maestria – é brigar por um aparelhamento melhor da fiscalização tributária do Distrito Federal. Existem fronteiras, V.Exa. sabe muito bem disso, em que não existe fiscalização nenhuma. Existem divisas no Distrito Federal por onde mercadorias entram e saem sem que o Distrito Federal recolha o ICMS devido.

Então, quero só ponderar isso. Acredito que existam outras medidas que possam aumentar a arrecadação, que possam aumentar a suficiência financeira do Distrito Federal, e até coloco o aumento de impostos. É uma saída, mas não é a única.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JÚLIO CÉSAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, concordo plenamente com V.Exa., entendendo que essas medidas precisam ser implementadas no tempo.

Se considerarmos a questão temporal, estamos dois meses aproximadamente depois da posse e de toda aquela confusão. Acredito que todas essas medidas serão colocadas, até porque houve um compromisso do Secretário de Fazenda – V.Exa. participou, aliás poucos participaram, e V.Exa. estava junto nessas reuniões – de que virá um conjunto de medidas de estímulo. Eu não acredito em medidas de austeridade sem que haja estímulos paralelamente, porque não são sustentáveis, não têm sustentabilidade. Não há estabilidade orçamentária se não houver crescimento econômico.

Mas eu quero lembrar uma coisa: o Governador Marconi Perillo tem somente dez secretarias para o Estado de Goiás inteiro. Por isso eu disse que o corte tem de ser muito maior. Para que esse sem-número de secretarias? Isso se chama falta de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

gestão, não sabem fazer gestão. Nós temos um problema, um câncer na gestão pública, e o problema do câncer na gestão pública tem sido a política partidária, os loteamentos dos governos. Os loteamentos dos governos têm sido o câncer da gestão pública. Esse é um problema seríssimo que nós precisamos enfrentar de frente, de cara, junto com a falta de fiscalização deste Poder sobre o Poder Executivo.

Por causa das críticas que eu tenho feito, as pessoas têm me dito: “Você é da Oposição”. Se isso é ser da Oposição, sou sim. Sou da Oposição, sim, mas sou de uma oposição construtiva, como sou de uma base crítica. Então, nós precisamos, como uma cruzada mesmo, dar as mãos por esta cidade. Não estou falando por governo a, b ou c, é pela cidade, que não aguenta mais, que não acredita mais em nós aqui. O cidadão não acredita mais nesta Casa. Não acredita.

Vamos às ruas! Precisamos resgatar a credibilidade, e se resgata a credibilidade fazendo, pontuando, se posicionando e ajudando este governo a dar certo. Não o governo que está aí. Eu vi aqui quatro Deputados dizendo que existe um estudo. Ótimo, vamos fazer esse estudo rodar. Na hora que começaram os problemas nas administrações, esta Câmara se mobilizou, fez uma audiência pública e fez uma sugestão que está numa cartilha sobre gestão das Regiões Administrativas, que esta Casa entregou ao Executivo. Houve a participação de mais de cinquenta instituições nesta Casa. Ficou muito bem elaborado o que nós, o Legislativo, temos de fazer e o que o Executivo tem de fazer.

Nós temos esse papel. Vamos fazer conjuntamente uma audiência pública sobre melhoria da gestão pública desta cidade. Vamos discutir a gestão pública desta cidade aqui. Vamos discutir o Entorno aqui nesta Casa, mas com propostas claras.

Então, eu agradeço e lanço para a Presidente e para a Mesa que nós possamos começar a trabalhar o nosso Grande Expediente para o debate de temas desta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JÚLIO CÉSAR) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JÚLIO CÉSAR) – O Expediente lido vai à publicação.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de trazer à tribuna desta Casa que fiz uma representação, Deputado Rodrigo Delmasso, em dezembro,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015	15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

contra a entrega do Centro Administrativo, porque era inadmissível, Deputado Prof. Israel, que nós, perante uma crise financeira grave, entregássemos um imóvel que o próprio engenheiro técnico da obra dizia não estar pronto, que não havia os cumprimentos legais junto ao Detran. E uma representação minha, Deputada Luzia de Paula, feita ao Ministério Público, foi acatada.

Eu quero fazer repercutir desta tribuna que ontem a Justiça acatou e decidi pela revogação do ato do Habite-se do Centro Administrativo. Isso é fruto realmente de luta nossa. Quero registrar desta tribuna que é fruto da nossa luta. Queremos combater a corrupção, diminuir o excesso dos gastos públicos.

Deputada Luzia de Paula, o Centro Administrativo tem um contrato temporal. Foi feita uma PPP com contrato temporal. Então, se o Estado assumir daqui a seis meses ou daqui a um ano, a empresa não terá nenhum prejuízo, porque o prazo começará a contar a partir da entrega oficial do Centro Administrativo.

Qual a nossa observação na tarde de hoje? Naquele momento não tínhamos os móveis, a obra não estava concluída e os pré-requisitos, dezenove itens solicitados pelo Detran não foram cumpridos. Ontem a Justiça cassou o Habite-se. O administrador de Taguatinga foi nomeado no dia 31 de dezembro, assinou o Habite-se e saiu no dia 1º. Portanto, a Justiça ontem cassou o Habite-se, revogou oficialmente e, agora, juridicamente.

Esse processo, inclusive, gerou uma improbidade administrativa ao ex-governador. E todo esse trabalho, Deputado Rodrigo Delmasso, é fruto de fiscalização nossa, de uma representação nossa que faço questão de registrar da tribuna deste plenário porque acho que é importante, e é o papel de cada um de nós continuar fiscalizando.

Parabenizo o Deputado Joe Valle, que foi muito feliz em suas colocações, e compartilho com S.Exa. a ideia de abrir a tribuna para os grandes temas. Eu acho que esta Casa vai ecoar os grandes temas. Nós estamos abertos a dialogar com a sociedade. Alguns temas não são propriamente ditos de legislações distritais, mas esta Casa tem a missão de debatê-los. Como exemplo, cito a menoridade penal, um tema que tanto aflige a nossa comunidade. Não é uma lei distrital, mas qual é o pensamento desta Casa sobre isso? O que cada Deputado pensa sobre isso? O que vamos levar de contribuição aos deputados federais que estão ao nosso lado?

Esta Casa estará aberta a esses grandes temas. Vamos montar esses painéis da forma como os Deputados estão sugerindo, para que esta Casa seja realmente a ressonância da comunidade, da voz do povo.

Vamos fazer a outra versão da nossa Câmara em Movimento, já estamos aceitando sugestões e recebendo demandas. Com certeza, eu acredito que foi exitosa a nossa experiência na Rodoviária do Plano Piloto, e acreditamos que esta Casa tem de estar cada vez mais perto da população.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
11 02 2015		15h35min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JÚLIO CÉSAR) – Deputada Celina Leão, parabênizo-a pelo Câmara em Movimento. Já deixo a proposta para que a próxima seja no Sol Nascente.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo *quorum* para deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h10min.)